

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS

REINALDO E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

João Pedro Maranhão

Lucas Ferraz

Pedro Riquetti

Túlio Leão

Belo Horizonte

2024

Resumo

O artigo examina a relação entre o futebol brasileiro e a Ditadura Militar (1964-1985), destacando como o regime autoritário instrumentalizou o esporte para consolidar sua imagem e promover o projeto de modernização autoritário-conservadora. Durante o período, o futebol foi utilizado como ferramenta de propaganda política, especialmente em eventos como a Copa do Mundo de 1970, em que a vitória brasileira simbolizou, para o regime, um suposto progresso social e econômico. Contudo, o artigo também aponta que, apesar do controle repressivo, o futebol permaneceu um espaço de expressão cultural e resistência política. Por meio de análises de episódios históricos e figuras emblemáticas, como o jogador Reinaldo, a pesquisa revela as complexidades e contradições do uso político do futebol, evidenciando como ele operou simultaneamente como instrumento de alienação e como palco de contestação ao regime.

Palavras-chave: Ditadura Militar; futebol brasileiro; propaganda ideológica; Reinaldo; resistência política.

O contexto da Ditadura Militar e o futebol brasileiro

O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 significou uma derrota avassaladora e sangrenta para a esquerda brasileira e para um legado de lutas compostas pelos trabalhadores, comunistas, organizações políticas, ligas camponesas e movimentos sociais que vislumbravam um futuro no qual as reformas de base, essenciais para a criação de melhores condições de vida para a classe trabalhadora, se concretizasse. A utopia de uma verdadeira emancipação das classes populares, da conquista da reforma agrária, da democratização de direitos fundamentais e da superação da condição de uma nação subdesenvolvida fora brutalmente ceifada pela tomada do poder pelos militares. Igualmente reprimida foi a expressão cultural e artística, engajada em conformidade com as lutas políticas e sociais efervescentes do início da década de 1960, nas quais o próprio futebol se insere. Nesse sentido, o Golpe de 1964 e a construção do regime autoritário impactaram profundamente as distintas esferas sociais da sociedade brasileira daquele período, o que inclui o próprio universo futebolístico. Busca-se no presente trabalho compreender as distintas formas de relação dos agentes futebolísticos com a Ditadura Militar, enfatizando as expressões de

resistência e oposição ao regime frente às dinâmicas autoritárias, de acomodação e colaboração fomentadas pelo próprio projeto político dos governos militares (MOTTA, 2014).

De acordo com Marcos Napolitano (2014), a coalizão golpista era constituída por um grupo heterogêneo de civis e militares e que almejava a luta contra o reformismo, o trabalhismo e o comunismo. De modo que a rebelião militar revela apenas uma das faces do golpe, uma vez que a união entre civis, militares, liberais, autoritários, políticos do parlamento, classe média e burguesia foi fundamental para a derrubada do governo de Jango e a implementação do regime militar (NAPOLITANO, 2014). Embora a mobilização para a investida golpista fosse composta por uma coalizão heterogênea e com distintos interesses, o anticomunismo representou o elemento galvanizador dessa união entre forças conservadoras, liberais e autoritárias.

O historiador Rodrigo Motta (2002) argumenta que o anticomunismo no Brasil estaria calcado em três pilares fundamentais: o nacionalismo, o catolicismo e o liberalismo, sobretudo o liberalismo econômico. Em virtude dessa tripla ligação ideológica, grupos aparentemente distintos não só agiram juntos para a derrubada de João Goulart, como também legitimaram o regime e foram beneficiados por ele, a exemplo da cúpula das forças armadas, a imprensa hegemônica, a burguesia, a Igreja Católica, latifundiários e parlamentares. A burguesia, por exemplo, representada por empresários, políticos conservadores e instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foi essencial para criar o ambiente político e social que possibilitou o golpe¹. Campanhas publicitárias e mobilizações, financiadas por grandes empresários, ajudaram a desestabilizar o governo de João Goulart, criando uma narrativa de caos iminente para justificar a intervenção militar. Durante o regime, empresários ocuparam posições-chave no governo e influenciaram políticas econômicas que beneficiaram seus interesses, como arrocho salarial e reformas estruturais voltadas à expansão do capitalismo. Além disso, a ditadura favoreceu grandes grupos econômicos, promovendo concentração de renda e incentivando a desnacionalização e o endividamento externo.

Esta realidade também esteve presente no futebol, onde dirigentes, empresários, jogadores, técnicos e imprensa colaboracionistas ou acomodados com o Golpe Civil-Militar e o regime autoritário foram beneficiados², ao passo que os agentes que se opuseram à Ditadura

¹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Civis que colaboraram com a ditadura. In: **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume II: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. p. 313-329.

² Rodrigo Patto Sá Motta (2014) aponta para as contradições e paradoxos do regime militar, sintetizados no projeto de modernização autoritário-conservadora, que foi influenciado por traços da cultura política brasileira

foram perseguidos pela censura e pelos aparatos de repressão. No entanto, para compreendermos a integração da esfera futebolística sob a égide autoritária da Ditadura Militar, é preciso, primeiramente, compreender alguns ditames colocados pelo regime, bem como a construção do aparato repressivo, sobretudo nos chamados “Anos de Chumbo”. Isso porque o futebol enquanto fenômeno de massa, foi usado como ferramenta pelo governo para criar uma falsa sensação de consenso e unidade nacional, visando ofuscar as tensões e contradições políticas (COUTO, 2014). Nesse sentido, a instrumentalização do futebol pela Ditadura Militar estava calcada no projeto de modernização autoritário-conservadora do regime e na própria lógica de segurança nacional construída, principalmente, por meio do Ato Institucional nº 5 de 1968 e da Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Motta (2014), o conceito de modernização conservadora, calcada no autoritarismo, sintetiza tais paradoxos: “o grande paradoxo da ditadura era expressar, simultaneamente, impulsos conservadores e modernizantes que, por vezes, geraram ações contraditórias” (MOTTA, 2014, p. 51). A modernização consistia em desenvolver com ausência de obstáculos a economia nacional e aumentar a urbanização, e o caráter conservador consistia na conservação da ordem social através da repressão aos agentes subversivos (MOTTA, 2014). Como veremos, estes impulsos modernizantes em consonância com o conservadorismo e o autoritarismo também foram aspectos fundamentais para o projeto futebolístico no período da Ditadura Militar, sobretudo porque o esporte de massas ocupou um espaço central na política ideológica do regime, principalmente a partir da Copa de 1970.

No que diz respeito à promulgação do AI-5 de 13 de dezembro de 1968, D’Araújo e Joffily (2020) afirmam que “foi a senha para a montagem, pelos militares de uma máquina de guerra, que não deixaria dúvidas sobre a natureza da ditadura em vigor” (D’ARAÚJO, JOFFILY, p. 43). Dentre as principais medidas do AI-5, é importante citar o aumento dos poderes do Executivo no sentido de que delegava ao Presidente da República o poder de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos, decretar intervenção em estados e municípios e cassar mandatos eletivos. Além disso, cedia poderes ao Executivo de perseguir funcionários públicos, decretação do estado de sítio e sua prorrogação, suspendia a garantia de habeas corpus para crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Tal repressão foi escalonada durante os chamados “Anos de Chumbos”, principalmente a partir do governo de Emílio Garrastazu

marcados pela acomodação e conciliação de interesses. De modo que em certas circunstâncias, o regime optou pela prática de acomodação, em detrimento da repressão violenta, para atender interesses de certos agentes políticos. Assim como certos agentes beneficiaram-se da conciliação de interesses e das práticas de acomodação e conciliação.

Médici. De acordo com Napolitano (2014), o período representou o auge da repressão do regime militar brasileiro, caracterizado pela radicalização da violência estatal contra qualquer forma de oposição e pela consolidação de um aparato repressivo sistemático. O autor sustenta que a repressão durante esses anos não foi apenas uma resposta à luta armada ou ao "inimigo interno", mas sim parte de um projeto deliberado de controle social e manutenção do poder político por meio do terror e do autoritarismo.

Ademais, um complexo aparato de informações, contrainformações, censura e repressão a opositores fora criado e adaptado pelo regime sob a Doutrina de Segurança Nacional. Esta foi pensada e articulada por Golbery do Couto e Silva, influenciado ideologicamente pela Escola Superior de Guerra, para assegurar e defender a ordem política e social contra os agentes considerados subversivos e inimigos internos da "Revolução", por meio da defesa autoritária e disciplinada da coesão social, da hierarquia, do progresso econômico e de valores e instituições "ocidentais" (NAPOLITANO, 2014). Em suma, tal doutrina, amalgamada no projeto de modernização autoritário-conservadora, submeteu a sociedade e o Estado à lógica militar, impactando as distintas esferas da vida social, a exemplo do próprio esporte e do futebol.

Apesar do controle da Ditadura sobre o esporte de massas, é importante ressaltar o futebol como um espaço no qual distintas possibilidades de manifestações políticas, simbólicas e culturais foram efetivadas, mesmo com a mão de ferro do regime. Ao discorrer sobre o futebol brasileiro durante a Ditadura Militar brasileira, o historiador Euclides de Freitas Couto (2014) critica o espantalho construído em torno do futebol enquanto um mecanismo ideológico de promoção da alienação ou como um mero "ópio do povo". Segundo o autor:

A sedimentação da tradição futebol-como-ópio-do-povo acabou por inibir a possibilidade de se estudar o esporte das multidões com a devida profundidade, levando-se em conta a proficuidade da produção cultural brasileira nas décadas de 1960-1970. Com isso, a maior parte da produção historiográfica e sociológica dedicada ao futebol no período da ditadura militar desprezou o campo futebolístico como uma esfera significativa para a compreensão das manifestações de oposição e/ou resistência surgidas no decorrer desse período. Tal quadro leva a crer que este fenômeno se deu em razão da esquerdização da classe intelectual, ocorrida especialmente após o golpe de 1964, que contribuiu para que os cientistas sociais e historiadores, de forma geral, associassem o futebol ao conjunto de bens culturais instrumentalizados pelos grupos conservadores dominantes, obliterando, assim, as potencialidades políticas oferecidas pelos diversos sujeitos que – escapando a esta compreensão estreita – utilizaram o espaço simbólico produzido pelo jogo da bola para expressar suas críticas aos valores e às concepções políticas hegemônicas (p. 118)

Couto traz reflexões e críticas importantes ao modo como a produção historiográfica analisou e enxergou o futebol no contexto do regime autoritário, visto como um mero reprodutor de mecanismos ideológicos da Ditadura frente a uma série de agentes passivos às mudanças autoritárias e valores conservadores promovidos pelos governos militares e pelos grupos dominantes presentes nas instituições futebolísticas. Tal reflexão traz a possibilidade de estudar torcidas, atletas, técnicos e dirigentes como sujeitos dotados de agência e de práticas de resistência diante de determinada realidade política, mesmo que inseridos em relações de poder desiguais. No entanto, embora seja fundamental destacar o futebol como um espaço de resistência simbólica, política e cultural por sujeitos dotados de agência, é igualmente importante não subestimar o papel dos grupos dominantes nas relações de poder e realçar que os conflitos sociais acontecem em relações desiguais de força. E diante desse cenário, os agentes que escolheram não se acomodar ou colaborar com o regime estavam passíveis da repressão, da censura e de demais práticas autoritárias em consonância com o projeto de modernização autoritário-conservadora da Ditadura Militar. Portanto, para que possamos compreender o cenário em que os opositores do regime no esporte estavam submersos, é necessário, primeiramente, compreender os mecanismos autoritários impostos ao futebol e à instrumentalização deste pelos governos militares.

Futebol em tempos de Ditadura

Os governos brasileiros e a instrumentalização do esporte

A utilização do Esporte pelas entidades governamentais é uma tradição política comum e compõe o arcabouço político dos governos, principalmente, a respeito da sua relação com as culturas populares. O futebol brasileiro no período dos anos 60 já é consolidado enquanto paixão e símbolo da identidade nacional, para além da afinidade com seus times populares e as lendas que encantaram nos gramados, a Seleção Brasileira ganha o devido destaque em meados do século XX. As crônicas do futebol narraram grande parte dos eventos e são exemplos de como lidava com o futebol a população brasileira, para José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues, o fracasso do Brasil nas Copas anteriores a 1958 teria sido resultado da falta de organização das instituições e dirigentes brasileiro (MAGALHÃES, 2010). A partir de então, as conquistas das duas taças seguintes acalentaram o coração dos apaixonados pelo futebol. As consagrações vitoriosas da seleção brasileira

foram utilizadas pelos governos vigentes, tanto Juscelino em 1958, como João Goulart em 1962, fizeram questão de celebrar a conquista junto às delegações campeãs, e associar o triunfo no esporte à imagem de seus governos.



[JANGO recebe os jogadores da seleção brasileira para comemorar a vitória no mundial de 1962]. Fatos e Fotos, Brasília, p. 2, jun. 1962.

O Brasil encantava o mundo nas excursões dos clubes brasileiros e as recentes conquistas da seleção, pelo “*futebol arte*”, do drible, do improviso e da ginga, era a imagem e semelhança da construção de um povo brasileiro e sua *brasilidade*. Mas, à medida que o futebol se expandiu pelo país, a democracia se aprofundou nas armadilhas do autoritarismo, com a desmobilização das classes populares e o fechamento constante dos canais de participação política (COUTO, 2014). O golpe civil-militar de 1964 inaugurou não somente um novo momento na história política, mas também, na história do futebol brasileiro. Couto analisa como foi esse o principal período em que no campo de futebol foram potencializadas as tensões ideológicas presentes no nacional.

“O Brasil não pode perder a Copa de 70. Temos de ganhá-la através da disciplina, de muito treinamento, hierarquia e patriotismo.”

“Costa exige a Copa de 70”. Jornal dos Sports, 4/12/1968, p.3

Inicialmente, o mandato de Castelo Branco na tentativa de se distanciar das políticas da “República Populista” rejeitava as políticas de massa e as simbologias nacionalistas, o futebol, o esporte nacional não fazia parte de seu projeto, o que inclusive seria utilizado pela oposição, na tentativa de associar a Copa do Mundo ao seu governo. O cenário passaria por uma severa mudança nos anos seguintes e o futebol entraria em cena no jogo político dos militares a partir do projeto do marechal Costa e Silva. Durante os anos de repressão da Ditadura Militar ocorreram ao todo quatro copas do mundo. A primeira grande aparição da seleção brasileira justifica o tom apresentado por Costa e Silva em reunião no mês de dezembro de 1968. Dois anos antes, em 1966 sob o governo de Castelo Branco, a então bicampeã do mundo sofria o que talvez tenha sido seu maior vexame em torneios mundiais, o Brasil foi eliminado ainda na fase de grupos. Uma derrota que simbolizava o que denuncia Couto em seu livro como *clientelismo do futebol*³ e ao que mais nos interessa, a ruptura e intensa intervenção militar no jeito de se pensar o esporte no país. A aparente necessidade de transformar o futebol brasileiro abriu espaço para a militarização da gestão esportiva.

A frase citada acima refere-se a esta reunião no mesmo mês, dias antes da promulgação do AI-5, onde se reuniam alguns membros da CBD⁴ (Confederação Brasileira de Desporto), em destaque seu presidente João Havelange - nota-se que após o primeiro Ato Institucional, que cassou o cargo e mandato de diversos entes políticos, o mesmo Havelange manteve seu cargo⁵ -, os deputados Paulo Planet Buarque e Milton Galdeano e o então presidente Costa e Silva. O pedido do presidente demonstra o que foi o projeto esportivo aliado aos interesses ditatoriais, “[...] através da disciplina, de muito treinamento, hierarquia e patriotismo”, caberia para descrever a forma de se pensar não somente o futebol, mas o projeto político cívico-militar. Sob o pretexto da profissionalização, a preparação para a Copa do Mundo de 1970 foi feita pela égide do militarismo, os treinamentos eram focados na melhora das características físicas e mentais, pela força e pela disciplina. A prática visava ter na seleção uma vitrine do perfil cultural brasileiro, não poderia ser diferente, na medida que o artista, o *malandro* do improviso no campo por ora representou a brasilidade, tais comportamentos eram vistos como sinônimos da indisciplinaridade e desobediência, e claro foram reprimidos, trocados no palco pelos atletas disciplinados e focados.

³ Para o historiador Euclides de Freitas Couto a Copa do Mundo de 1966 foi marcada por interferências políticas e clientelismos, o futebol no início da Ditadura havia se tornado moeda de troca para favorecer negociações e interesses de terceiros. (COUTO, 2014)

⁴ A CBD era a entidade oficial do Estado responsável pela organização dos esportes no país, fundada em 1914 transformou-se em 1979, após sofrer modificações em sua estrutura, no que hoje é a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

⁵ Magalhães, 2010, p. 65

Sobre a militarização do futebol destaca-se dois fatores, em primeiro a intervenção dos militares na gestão da CBD e em segundo, o conceito de disciplinarização dos corpos. Inspirada na lógica militar, a disciplinarização dos corpos no futebol refletia a necessidade do regime de moldar indivíduos segundo valores de obediência, eficiência e controle. (COUTO, 2014). Após a crise de 1966, a Ditadura Militar intensificou seu controle sobre o futebol. A CBD passou a ser dirigida por aliados do regime, e a estrutura esportiva foi moldada para servir aos interesses políticos e ideológicos. A intervenção militar no futebol se deu sob o pretexto de profissionalizar e modernizar a gestão e o esporte, mas na prática visava garantir que o esporte fosse utilizado como instrumento de propaganda estatal (COUTO, 2014). Foram implementadas reformas no treinamento e na organização das competições, mas sempre com a intenção de alinhar o futebol aos valores de disciplina e hierarquia propagados pelo regime (COUTO, 2014). Durante os governos da chamada “linha dura”, principalmente sob o Governo Médici, o sucesso esportivo, especialmente no futebol, foi utilizado para projetar uma imagem positiva do Brasil no exterior. A vitória na Copa do Mundo de 1970 foi o exemplo mais emblemático dessa estratégia, sendo apresentada como prova do sucesso político e econômico do regime, exaltando as supostas grandes realizações do “milagre econômico” (COUTO, 2014). No contexto da modernização econômica, a intervenção também teve implicações comerciais, com o governo buscando explorar o potencial econômico do futebol para reforçar a imagem do regime e ampliar sua influência na sociedade (COUTO, 2014).

Como dito, o exército de jogadores saiu vitorioso dos campos do México em 1970. Uma vitória de suma importância, para os jogadores, então tricampeões mundiais, e para o regime. Os anos anteriores à realização do mundial, principalmente em 1968, foram marcados pelas ações de resistência ao governo militar, com forte atuação do movimento estudantil e dos movimentos grevistas. A Agência Especial de Relações Públicas (AERP) e a propaganda do regime moveram fortes campanhas para associar a vitória nos gramados ao avanço econômico do país⁶. Couto canaliza a análise da atuação da AERP em conciliar a tentativa de cooptar o esporte como panteão da simbologia nacional e a emoção nacional promovida pela vitória no futebol como propaganda do governo brasileiro. Em um movimento de legitimar o governo, seu modelo o “progresso” da nação e apaziguar a opinião pública diante dos crescentes casos de repressão e perseguição aos opositores políticos.

⁶ COUTO, 2014, p. 152



Emílio Garrastazu Médici ergue a taça Jules Rimet que o Brasil conquistou no México em 1970. (APESP - ICO UH 0798).

No período da Ditadura Militar, em particular nos chamados “Anos de Chumbo” o futebol, em particular, tornou-se uma moeda de troca no jogo político, a relação entre governo, dirigentes esportivos e jogadores frequentemente seguia uma lógica de favorecimentos e benefícios mútuos. Políticos e militares usavam o esporte para construir sua imagem pública, enquanto dirigentes esportivos obtinham apoio financeiro e proteção. Essa relação é análoga às relações de acomodação e conciliação cooptadas e construídas nas universidades durante o regime autoritário, visando um benefício mútuo entre servidores e o governo como apontado por Motta (2014). A teoria de Motta acerca da modernização autoritário-conservadora e as relações contraditórias estabelecidas por esta, bem como o impacto da cultura política, foi produzida para pensar a formulação das Universidades no período militar. Porém, é notável a influência da cultura política nas demais esferas sociais. De certo modo, as práticas de acomodação e conciliação representam as nomeações que formaram a comissão da CBD e os norteadores do planejamento da seleção brasileira. A título de exemplo, a longa permanência de João Havelange que presidiu a CBD de 1958 a 1975 e somente deixou o cargo pois já estava em posse da presidência da FIFA em 1974, quando

alavancou sua carreira para o âmbito internacional, demonstra a colaboração, e também, a confiança do regime para que ele norteasse as gestões e políticas militares no esporte. Dentro de campo ela também era visível. Sérgio Settani Gligio realizou uma análise de entrevistas de alguns atletas para pensar a relação futebol e ditadura, em sua conclusão ele ressalta que os atletas brasileiros buscavam - não em sua totalidade - se transformar em jogadores, profissionais ou ainda mais renomados e, apesar de serem jovens, sabiam que na dinâmica de reprodução da ordem social e do campo na qual estivessem inseridos, qualquer questionamentos ao *status quo* imposto pela estrutura disciplinar representaria um grande obstáculo para atingir aquilo que desejavam (GIGLIO, 2014). Aparelhando as teorias pode-se dizer que “*jogar o jogo*” era a representação da ambição de se beneficiar das dinâmicas políticas para alcançar seus próprios interesses, a partir da acomodação e conciliação.

Essa lógica perpetuou pelo mundo dos esportes uma prejudicial e falsa dicotomia entre futebol e política, prejudicial pois como já apresentado aqui, o futebol não deve sob nenhuma hipótese estar dissociado do político, falsária pois, até mesmo sobre o angariar de suas próprias projeções, os atletas, treinadores e demais cargos futebolísticos estavam atuando na cena política, direta ou indiretamente.

Contudo, feita a ressalva de que não seriam todos os sujeito atuantes em prol ou em sintonia ao governo no universo do futebol é preciso destacar os casos que exemplificam as ações daqueles que resistiram às políticas intervencionistas do regime no esporte, e que dentro e fora dos gramados expressaram seu posicionamento político de resistência à ditadura. As forças que pendem essa balança são estritamente desiguais, técnicos, atletas e ou torcedores sequer continham o poderio do exército para angariar suas pautas, e talvez seja exatamente a discrepância das forças que explicitem a relevância e coragem daqueles que buscaram de alguma forma resistir ao governo militar. Seja em gestos simbólicos como ao montar uma escalação, deixar os cabelos crescerem, ao simples improvisado em campo, seja erguer o punho cerrado ao marcar um gol e usar de seu espaço na mídia para explanar suas opiniões políticas. Um dos maiores nomes dessa resistência, é José Reinaldo de Lima, que por muitos anos vestiu a camisa 9 do Clube Atlético Mineiro e da Seleção Brasileira de Futebol.

Craque dentro e fora de campo

José Reinaldo de Lima, mais conhecido como Reinaldo, está diretamente ligado à história política do país durante o regime militar (MAGALHÃES, 2014). Sua carreira

esportiva foi marcada não apenas por sua habilidade em campo, mas também pela sua luta contra a ditadura militar e conseqüentemente por ter sofrido com a repressão e censura.

Reinaldo emergiu como uma figura de resistência no futebol mineiro e brasileiro. Atuando pelo Clube Atlético Mineiro, tornou-se o maior artilheiro da história do Mineirão e do Atlético, entretanto, em um período de violência e censura, ele se destacava pela sua coragem em utilizar sua visibilidade para manifestar-se politicamente, contrariando “conselhos” de generais e o padrão de sua época, que jogadores eram incentivados a se manterem apolíticos ou favoráveis a ditadura militar.

Um dos gestos mais emblemáticos de Reinaldo foi sua comemoração de gols com o punho cerrado, um símbolo de luta e resistência que era símbolo dos Panteras Negras e ficou mundialmente famoso nas Olimpíadas de 1968, graças aos atletas Tommie Smith e John Carlos, dos Estados Unidos da América (COUTO, 2014). Este gesto claramente era um ato de contestação contra o autoritarismo e a censura impostos pelo governo militar e chamou a atenção de um jornal de oposição que era alternativo e de circulação nacional, o jornal Movimento. Essa entrevista que ocorreu em 1978 confirmou o posicionamento de Reinaldo perante a ditadura militar e conseqüentemente marcou uma era de perseguição ao atacante. Pouco tempo após a entrevista, Reinaldo foi impedido de jogar a final do Campeonato Brasileiro de 1977 (a final foi em Março de 1978). Na convocação da Copa do Mundo em 1978, Reinaldo foi aconselhado pelo Presidente Ernesto Geisel: “Vai jogar bola, garoto. Deixa que política a gente faz”, afinal, a seleção brasileira deveria representar a ditadura militar do Brasil naquele instante, justamente em uma Copa do Mundo que foi organizada pela ditadura argentina, o cenário não era nada favorável para o Reinaldo, que ainda recebeu orientações de não falar nada sobre política nas entrevistas e usar outra comemoração, que não fosse o punho cerrado. Muito talentoso, Reinaldo marcou contra a Suécia e comemorou o gol com o famoso gesto, mas ao decorrer do mundial, perdeu a sua posição de titular. (MAGALHÃES, 2014)



Reinaldo comemora com o punho cerrado o gol de empate do Brasil no confronto contra a Suécia na Copa do Mundo de 1978. (Reprodução/ Rede Globo)

A censura a Reinaldo não parou aí, em 1980 e 1981, foi expulso de forma contestável em dois jogos contra o Flamengo, em 1980 a final do Campeonato Brasileiro (após marcar 2 gols em pleno Maracanã) e em 1981 no jogo de desempate pela Copa Libertadores da América, já no ano de 1982, Reinaldo não foi convocado para a Copa do Mundo, pois da mesma forma que João Saldanha não poderia ser campeão, Reinaldo também não poderia, pois a ditadura não poderia permitir o sucesso dos símbolos de oposição dentro do esporte mais famoso do planeta.

Conclusão

A relação entre o futebol e a Ditadura Militar expõe a ambivalência de um regime que buscava, ao mesmo tempo, modernizar o país e manter o controle autoritário sobre a sociedade. O futebol, como paixão nacional e símbolo de identidade brasileira, foi amplamente cooptado para legitimar o poder militar. A vitória na Copa do Mundo de 1970 foi

uma das estratégias mais evidentes desse esforço, sendo apresentada como uma metáfora do "milagre econômico" e do sucesso político do regime. Entretanto, o controle sobre o esporte não anulou a possibilidade de manifestações de oposição e resistência.

Exemplos como o de Reinaldo, que utilizou gestos simbólicos e declarações públicas para se posicionar contra o autoritarismo, revelam como o futebol, mesmo sob intensa vigilância, pôde ser um espaço de luta e contestação. Apesar das tentativas do regime de sufocar essas vozes, a atuação de figuras como Reinaldo demonstrou que a hegemonia militar no esporte nunca foi absoluta. Esses episódios sublinham que, dentro das estruturas autoritárias, ainda havia brechas para ações simbólicas que questionavam o poder estabelecido.

Ademais, o futebol durante a Ditadura Militar reflete os paradoxos de uma modernização autoritária: enquanto promovia avanços técnicos e organizacionais, o regime reforçava hierarquias e suprimia a pluralidade política. Essa dualidade evidencia a capacidade do esporte de espelhar as contradições sociais mais amplas, servindo tanto aos interesses do poder quanto às demandas de resistência.

Por fim, a análise histórica dessa relação complexa entre futebol e política ressalta a importância de compreender o esporte não apenas como uma ferramenta de manipulação ideológica, mas também como um campo de disputas sociais e culturais. O estudo dessas dinâmicas contribui para uma visão mais ampla do impacto da Ditadura Militar na sociedade brasileira, demonstrando como o futebol se tornou um espaço significativo de negociação entre opressão e resistência.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Civis que colaboraram com a ditadura. In: **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume II: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. p. 313-329.

COUTO, Euclides de Freitas. Futebol no regime autoritário: cultura e política. In: _____. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 115-163.

_____. A esquerda contra-ataca: a rebeldia intra e extracampo. In: _____. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 169-241.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Dias Seguintes ao Golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. Org Jorge Ferreira, Luciana de Almeida Neves Delgado – 10a ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. O Brasil Republicano; 4), p. 11-48.

GIGLIO, Sérgio Settani. “A minha preocupação era jogar futebol”: Relações entre futebol e ditadura. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, M. S. **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2020. p. 62-79.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol** / Livia Gonçalves Magalhães. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. 192 p.: il. (Coleção Ensino & Memória, 1).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48- 65.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. O carnaval das direitas: o golpe civil-militar. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 43- 67.

_____. “O martelo de matar moscas”: os anos de chumbo. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

GLOBO. Suécia é o adversário que o Brasil mais enfrentou em Copa do Mundo. Fantástico. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2090702/>. Acesso em: 18 dez. 2024.